

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/331181454>

A "desordem" da ordem internacional sob a hegemonia norte-americana

Article · July 2013

CITATIONS

0

READS

49

2 authors:



[Patricia Nasser de Carvalho](#)

Federal University of Minas Gerais

51 PUBLICATIONS 43 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Eloi Senhoras](#)

Federal University of Roraima

194 PUBLICATIONS 353 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais

De 22 a 26 de julho de 2013.

**A “DESORDEM” DA ORDEM INTERNACIONAL
SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA**

Economia Política Internacional

Painel

Patrícia Nasser de Carvalho
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Elói Martins Senhoras
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Belo Horizonte
2013



Patrícia Nasser de Carvalho
Elói Martins Senhoras

**A “DESORDEM” DA ORDEM INTERNACIONAL
SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA**

Trabalho submetido e apresentado
no 4º Encontro Nacional da
Associação Brasileira de Relações
Internacionais – ABRI.

Belo Horizonte

RESUMO

O excessivo uso da palavra “crise” pela mídia ou academia. Apontam-se inúmeros fatos que nos levam a crer que há uma “crise” da hegemonia norte-americana, ou mesmo, como alguns a chamam, crise do Centro da economia capitalista, ou mesmo crise da ordem ocidental estabelecida desde o fim da II Guerra Mundial. Neste sentido, o intuito deste trabalho é mostrar, a partir de bases histórico-teóricas, que, ao contrário do que parece ou apresentam, não há uma crise de hegemonia norte-americana, tampouco crises estruturais do Ocidente ou do sistema capitalista no início do século XXI. O que há é um “declínio relativo” dos EUA, da Europa e do Japão, todos eles atores que acumularam muito poder e riqueza desde 1945 até o início da década de 1990. Por isso, partimos do princípio que não há uma crise de hegemonia norte-americana, mas um uso excessivo da palavra “crise” que, muitas vezes, mina o seu próprio significado, em se tratando de análise do sistema internacional, e/ou uma interpretação errônea sobre uma “crise” de hegemonia, que prioriza análises conjunturais *vis-à-vis* análises de longa duração do tempo histórico.

Palavras-chave: Crise, Hegemonia, Estados Unidos, declínio.



A “DESORDEM” DA ORDEM INTERNACIONAL SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Patrícia Nasser de Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Elói Martins Senhoras – Universidade Federal de Roraima (UFRR)

I. CRISE, QUE CRISE?

A palavra crise talvez seja aquela que mais venha sendo mencionada pela imprensa e até mesmo pelos pesquisadores ou analistas das áreas de política e economia internacional nos últimos anos. Fala-se em crises de toda ordem quando se mira o sistema internacional. A de cunho econômico vem sendo exaustivamente abordada desde a explosão da bolha de determinados ativos nos EUA entre 2007 e 2008, sobretudo do setor de habitação, crise cuja origem esteve na expansão desmesurada do crédito de maneira racional (e não racional, como alguns analistas afirmam), e que aprofundou a discussão sobre a hegemonia do capital financeiro em escala global¹, questionou a capacidade de auto-regulação dos mercados e implicou na necessidade de intervenções forçadas dos Estados nas economias de países centrais.

A também econômica, embora cada vez mais de natureza política com consequências sociais, crise europeia, que, em seu início, parecia ser uma decorrência do impacto dos desdobramentos da crise norte-americana sobre os bancos europeus, mas que não tardou em se tornar uma crise fiscal. Essa crise vem levando à centralização das atenções dos governos do continente no combate aos gastos excessivos de alguns membros da União Europeia e na insistência das instituições regionais (e até mesmo multilaterais, como o FMI) na prática de medidas macroeconômicas disciplinadoras por parte dos representantes dessas economias. Com o fim de proteger o sistema financeiro europeu e as economias mais fortes, essas metas vêm conduzindo, cada vez mais, ao aprofundamento da recessão e a altos níveis de desemprego nos já fragilizados Estados membros. Desse modo, essa crise, não mais chamada de crise financeira, mas de “crise da dívida soberana”, mostra-se cada vez mais ser essencialmente de razões políticas com consequências sociais em função do número de governos que já caíram², das assimetrias econômicas

¹ Ver discussão sobre a mundialização do capital financeiro realizada por Chesnay (1996).

² Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha.

regionais e da falta de solidariedade financeira entre os membros do bloco, uma vez que as economias mais fortes recusam-se a se sacrificar em nome do conjunto e insistem há anos em uma solução pautada na austeridade fiscal.

Fala-se ainda de crise social e política do Oriente Médio, comum e erroneamente visto como uma unidade geográfica e uma região de instabilidades e de conflitos, embora as insurreições da Primavera Árabe a partir do Norte da África em 2011, cujas bandeiras foram a busca pela dignidade, liberdade e melhores condições de vida e emprego, tenham colocado em evidência para o Ocidente, as insatisfações da população e a incompatibilidade da persistência de regimes políticos autocráticos, ainda que a imprensa internacional raramente tenha deixado claro que estas manifestações estavam ligadas a questões religiosas e geoestratégicas em uma região que concentra grandes reservas de petróleo e outros minerais muito valiosos no mercado internacional, e ainda convive com conflitos étnicos, religiosos e políticos há décadas.

Poderíamos ainda mencionar outras crises atuais classificando-as por temas, como a crise climática, a crise de fome (como a do Chifre da África) e de direitos humanos (como na Arábia Saudita e China), além de diversas outras crises de inúmeras naturezas. Este não é, porém, o objetivo deste trabalho. Queremos mostrar que um retrato recente, ou um panorama da conjuntura internacional nos deixa com a impressão de que as crises são comuns e uma constante realidade no atual sistema internacional e que o mundo parece viver em uma constante “crise”. Sem uma visão mais detalhada nos parece que, ao contrário do significado da palavra grega *krísis*, que denota o ato de separar (ponto de separação), ou que caracteriza um momento crítico e decisivo³, as crises que testemunhamos, e que assim são colocadas pelos analistas nos últimos anos, não parecem decorrer de uma mudança súbita ou agravamento de um estado ou uma perturbação momentânea, mas são percebidas e vistas, muitas vezes, como naturais à ordem internacional. Utilizada ao extremo nos últimos, as crises parecem prováveis e constantes.

Há ainda uma outra crise que recorrentemente tem aparecido em diversas discussões, tanto como meras especulações de futurologia, como pautadas em análises mais complexas e largamente teorizadas, e que é um objeto de importância maior para os estudiosos de Economia Política Internacional: a atual crise da hegemonia norte-americana. Se considerarmos o número de trabalhos e estudos publicados sobre o tema e os próprios acontecimentos mais recentes posteriores ao estouro da crise econômica gerada a partir da bolha das hipotecas *subprime* nos EUA

³ Dicionário virtual Priberam da Língua Portuguesa: disponível em: <http://www.priberam.pt>

2007/2008 – tratada, por muitos, como uma crise internacional – eles parecem desenhar um quadro sombrio que confirma a atual crise de hegemonia dos EUA. Isso se daria em função dos persistentes altos níveis de desemprego no país (ainda que em recuperação desde 2009), seus sucessivos déficits fiscais⁴, que no meio de 2011 geraram uma grande discussão política sobre a necessidade de se elevar o teto da sua dívida pública, além das indiscutíveis evidências de perda de competitividade de muitas de suas empresas e o rebaixamento pela agência de classificação de risco S&P do grau máximo de crédito dos EUA em agosto deste ano⁵.

Isso tudo para não se falar das muitas avaliações negativas sobre a política externa de Obama no Iraque, onde a retirada das tropas norte-americanas provaram ser uma derrota estratégica para o governo estado-unidense, posto que sua influência foi diminuída significativamente naquele país, uma vez que o Iraque se aproxima cada vez mais do Irã⁶. Além disso, não parece que os EUA foram capazes de ajudar a conciliação política entre os grupos ético-religiosos no país. Por outro lado, Obama expandiu a guerra no Afeganistão e, mesmo sem ter definido uma solução política que esteja em sintonia com os seus afegãos, prometeu retirar as tropas depois de 2014. Sobre os maiores desafios geoestratégicos que o governo Obama herdou (Irã, Coreia do Norte, Afeganistão, Paquistão e o conflito Israel-Palestina), mesmo com todos os seus esforços em termos de política externa para eles concentrados, não é possível avaliarmos que eles tenham gerado algum ganho político significativo de fato para os EUA nesses países⁷. Apesar de ser visto como o líder norte-americano que eliminou o líder terrorista Osama Bin Laden, em vários momentos, durante o seu primeiro mandato, como no caso da crise na Síria este ano, o governo norte-americano perdeu oportunidades de se mostrar decidido e atuante no Oriente Médio, sobretudo no que se refere ao combate ao programa nuclear iraniano.

Com relação à Rússia, apesar da institucionalização do Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START) 2 entre Obama e Medvedev (Primeiro Ministro da Rússia à

⁴ Os Estados Unidos encerraram o ano fiscal de 2012 (que termina em setembro) com um déficit orçamentário de US\$ 1,09 trilhão, frente aos US\$ 1,3 trilhão em 2011, de acordo com o Tesouro norte-americano.

⁵ Ver: <http://www.economia.stadao.com.br> (06/08/2011)

⁶ De acordo com o boletim Stratfor de 4 de outubro de 2012, o ministro da defesa do Irã, Ahmad Vahidi, visitou Bagdá em 3 de outubro, a sua primeira visita desde a revolução iraniana. Já o boletim de 3 de julho Stratfor de 2012 menciona: “As sanções norte-americanas ao Irã no meio deste ano, sobretudo através das importações de petróleo cru, se deram em razão do programa de armas nucleares iraniano(...) Ao longo da última década, o Iraque esteve no centro de negociações dos EUA com o Irã, uma vez que é um país vulnerável às pressões ocidentais. Há pouca dúvida agora de que o Iraque está sob a órbita de influência iraniana”. (<http://www.stratfor.com/weekly/negotiations-behind-us-sanctions-against-iran>).

⁷ Ver artigo de Zaki Laïdi no site português Público: <http://www.publico.pt/> (26/10/2012).

época) em 2010 em Praga para redução de armas nucleares⁸, não podemos dizer que há uma genuína renovação das relações bilaterais entre os países, visto que a liderança russa, cujo estilo e pretensões se mostram cada vez mais parecidas ao modo soviético, não permitem que os EUA deixem de considerar aquele país como um inimigo estratégico histórico, que se aproxima cada vez mais do Oriente Médio, sobretudo do Irã, e da China. O mesmo pode ser dito das desconfianças da Rússia com relação aos EUA⁹.

Poderíamos ainda apontar fatos que nos levam a crer que, de fato, é possível dizer que os EUA vivem uma crise de hegemonia. Isso também poderia ser dito olhando-se o processo dinâmico no qual está inserido o sistema internacional. Do outro lado do Atlântico, a Europa vive uma crise sem precedentes desde a década de 1950, quando da formação da União Europeia. Além disso, o Japão, o terceiro eixo de maior dinamismo econômico e formação de riqueza da ordem estabelecida desde a II Guerra Mundial¹⁰ - também convive com baixas taxas de crescimento desde a década de 1990, sobretudo se comparado à média dos 10% ao ano do seu crescimento alcançado entre 1953-1973, época dos planos japoneses para o “*catching up with the West*”. Ao mesmo tempo, para uma aquela região, o Sudeste da Ásia, parece ter se deslocado o centro de dinamismo da economia internacional, cujo epicentro é a China. Desde o início de sua abertura, em 1978, apresenta espetaculares resultados econômicos sustentados, com metas de longo prazo, regime político centralizado que mostra eficiência na condução de suas políticas e discurso com cunho ideológico de solidariedade aos países periféricos. Com isso, os chineses angariam cada vez mais mercados e asseguram fontes de matérias primas. Poderíamos ainda mencionar a relação do chamado G-2 na área financeira, uma vez que os EUA têm atualmente a China como a maior credora de sua dívida pública¹¹, essencial, por sua vez, para garantir aos chineses as condições para manter a sua moeda sobrevalorizada, mantendo o motor de suas exportações mundiais.

Sobre todas essas mudanças no sistema internacional, é interessante lembrar que o relatório “Mapa do Futuro Global”, do Conselho de Inteligência Nacional dos

⁸ Notícia da agência RFI <http://www.portugues.rfi.fr> (08/10/2010)

⁹ A aproximação russa da China pôde ser vista por meio do apoio ao regime de Assad na Síria, uma vez que Moscou se uniu à Pequim na ONU para refrear a pressão ocidental.

¹⁰ Sobre essas três economias, as mais dinâmicas, as maiores do mundo e consideradas o centro da economia internacional, Robert Gilpin as denomina de Tríade em seu livro *Global Political Economy: understading the Global Political Order*, 2001.

¹¹ Mesmo após o rebaixamento das notas de crédito dos EUA, a China continua aumentando a sua participação na compra de títulos da dívida norte-americana.

Estados Unidos¹² previu, em 2004, ao apresentar as suas perspectivas para o sistema internacional até 2020, que a emergência de China e da Índia, assim como outros de outros grandes *players* globais, seria um fato similar ao advento da Alemanha Unificada no século XIX e do fortalecimento dos EUA no início do século XX. Isso iria transformar o cenário geopolítico, gerando profundos impactos, como ocorreu nos séculos anteriores. Ainda de acordo com mesmo relatório, assim como o século XX foi chamado de “Século Americano”, o século XXI pode ser visto como o século da Ásia, conduzido por China e Índia. A combinação de altas taxas de crescimento econômico sustentado, expansão de sua capacidade militar e grande população são condições para um esperado crescimento de poder e de riqueza em ambos os países. Neste relatório, os EUA parecem preocupados com as mudanças no sistema internacional nos quinze anos seguintes, pois várias questões desafiam a liderança norte-americana¹³.

A partir do que foi apresentado até aqui e o que se coloca atualmente sobre a crise da hegemonia norte-americana e as suas causas, ou ainda, como alguns a chamam, crise do Centro da economia capitalista, ou mesmo crise da ordem ocidental estabelecida desde o fim da II Guerra Mundial, ou ainda a crise do sistema capitalista, iremos fazer alguns apontamentos como um exercício para pensarmos as nossas principais reflexões a partir do que foi estudado na disciplina de Economia Política Internacional I do curso de doutorado. O intuito é mostrar, a partir de bases histórico-teóricas, que, ao contrário do que parece ou apresentam, não há uma crise de hegemonia norte-americana, tampouco crises estruturais do Ocidente ou do sistema capitalista no início do século XXI. O que há é um “declínio relativo” dos EUA, da Europa e do Japão, todos eles atores que acumularam muito poder e riqueza desde 1945 até o início da década de 1990. Por isso, partimos do princípio que não há uma crise de hegemonia norte-americana, mas um uso excessivo da palavra “crise” que, muitas vezes, mina o seu próprio significado, em se tratando de análise do sistema internacional, e/ou uma interpretação errônea sobre uma “crise” de hegemonia, que prioriza análises conjunturais *vis-à-vis* análises de longa duração do tempo histórico.

Isso porque do nosso ponto vista, a ênfase na análise da conjuntura internacional, feita pela maioria dos analistas de economia e política internacional, não permite a real visualização ou compreensão sobre a ascensão, estabilização e declínio

¹² Relatório do *National Intelligence Council* (NIC) dos EUA, 2004.
(<http://www.foia.cia.gov/2020/2020.pdf>)

¹³ Como os direitos humanos, as mudanças climáticas, o terrorismo, além do sentimento anti-americano cada vez mais espalhado pelo mundo (p. 18).

de uma hegemonia. Por isso, iremos, em seguida, justificar esta tese pontualmente, a partir de entendimentos compartilhados na aula da disciplina, que nos fizeram chegar a outras conclusões. Entendemos que os fatos acima apresentados, juntamente com algumas tendências – que colocaremos posteriormente –, apontam para uma liderança norte-americana fragilizada no início da segunda década do século XXI *vis à vis* o seu status na década de 1950, auge do crescimento do capitalismo pós-II Guerra Mundial, ou mesmo da década de 1990, quando o capital financeiro norte-americano em pleno “auge” do neoliberalismo, mostrou a sua força. Com a grave situação na Europa, talvez o mundo esteja sentindo falta de uma liderança clara que seja capaz de orientar as estratégias de seus parceiros de não parceiros. Ainda que este quadro persista por algum tempo, isso não significa, entretanto, que o mundo esteja vivendo uma crise terminal da hegemonia norte-americana. Muitos analistas têm dificuldades de enxergar isso. Por fim, discutiremos outras mudanças no sistema internacional sob a hegemonia norte-americana, as quais preferimos chamar de “desordem” na ordem internacional, visto que não há, neste momento, evidências de rupturas na ordem internacional.

II. DISCUSSÃO SOBRE CRISE DE HEGEMONIA EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

1. Para aqueles que observam a dinâmica do sistema internacional e fazem uma leitura da conjuntura internacional a partir da perspectiva da Economia Política Internacional – tomando-a como um método de análise, cuja origem está na Economia Política Clássica, e que integra a economia internacional à política internacional, sem se esquecer da leitura do âmbito geopolítico, além de que admitirem a compreensão dos acontecimentos dentro história – irão se lembrar de que o ponto de partida deste campo de estudo ou programa de pesquisa foi a crise da década de 1970.

2. Naquele momento, a derrota norte-americana para o Vietnã, o fim do padrão dólar-ouro, estabelecido por meio de regras desde a Conferência de Bretton Woods, o primeiro “choque do petróleo”, as medidas do governo que conduziram à estagflação e aos recorrentes déficits fiscais dos EUA, pareciam levar ao fim da “era de ouro do capitalismo”¹⁴ e ao fim da hegemonia norte-americana. Ademais, como afirma Tavares

¹⁴ Expressão usada pelo recém falecido historiador Eric Hobsbawm, em seu livro *A Era dos Extremos*, caracterizando o fim do período em que vigorou com sucesso o Sistema de Bretton Woods. Similar impressão nos passa Robert Gilpin em *O Desafio do Capitalismo Global*, chamando o fim do padrão dólar-ouro de “não-sistema”, também chamando a atenção de que

(1997, p. 30), “até o final da década de 1970, a existência de uma economia mundial sem pólo hegemônico estava levando à desestruturação da ordem vigente nos pós-guerra e à descentralização dos interesses privados e regionais”.

3. Este cenário era completamente avesso àquele desenhado logo após a II Guerra Mundial, quando os EUA se consolidaram como *hegemon*, pois já eram a maior economia do mundo desde o início do século XX, haviam alcançado maior poder política e militar no sistema internacional e conseguiram estabelecer um plano de reconstrução do pós-guerra que alavancou a reconstrução europeia e japonesa em nome da competição com a URSS, e que os tornou capazes de desafiar os grandes e velhos impérios europeus e impor um sistema de regras e instituições baseados em princípios liberais. De fato, depois de 1945, a economia capitalista cresceu sob a liderança dos EUA, e a Alemanha e o Japão, seus dois protetorados militares, se transformaram em cadeias transmissoras do dinamismo global na Europa e no Sudeste Asiático¹⁵.

4. Este sistema funcionou de maneira virtuosa até 1973, quando as condições da economia norte-americana a levaram ao rompimento do padrão dólar-ouro e ao choque dos juros em 1979, embora Alemanha e Japão tenham permanecido como os dois eixos de sustentação da hegemonia norte-americana por meio da compra de títulos da dívida pública norte-americana no momento posterior (décadas de 1970 e 1970, respectivamente).

5. Voltando à crise da década de 1970, foi ela o objeto de estudo responsável da “inauguração” de um novo método de análise que levou a um programa de pesquisa mais abrangente, a Economia Política Internacional (EPI). A área batizada por Susan Strange¹⁶ na Inglaterra e Charles Kindleberger¹⁷ nos EUA, foi alavancada pelas turbulências que acometiam os EUA e os questionamentos sobre a sua crise de hegemonia, inauguraram uma área de estudos que conciliava a visão da política internacional, esta última realizada, sobretudo de analistas que eram *policy-oriented*, com a da economia internacional, que passava a ser vista como uma economia a serviço do poder. A economia internacional, além de contar cada vez mais com a forte presença dos atores não-estatais, como as multinacionais, que passavam a ter cada vez mais poder político nas tomadas de decisões no sistema internacional, que

as regras do Sistema Monetário Internacional durante o Sistema de Bretton Woods foram determinantes para a recuperação econômica pós-II Guerra.

¹⁵ Fiori (2005).

¹⁶ Strange, S. What about international relations? In Strange, S. (ed). **Paths to international Political Economy**, London: George Allen, 1984.

¹⁷ Kindleberger, C. **World in depression**. Berkeley: University of California Press, 1973.

apresenta-se mais integrado, interdependente e competitivo por conta da intensificação dos fluxos comerciais, de investimentos e financeiros.

6. Embora não seja o objetivo deste trabalho discutir toda a trajetória de desenvolvimento da EPI, precisamos lembrar que, os pioneiros, Strange e Kindleberger têm teses diferentes sobre a crise de hegemonia norte-americana. Enquanto a essência da ideia de Kindleberger se pautava na necessidade de uma liderança (uma só liderança) que irá garantir a estabilidade da economia e do sistema internacional¹⁸. Já Strange, em síntese, sustentava que naqueles anos da década de 1970 em que se começava a estudar Economia Política Internacional, não se fazia teoria, mas se pensava estratégia. Ela critica a Teoria da Estabilidade Hegemônica de Kindleberger, embora reconheça a existência de “poderes estruturais globais”, argumentando que não houve crise de hegemonia dos EUA, visto que eles ainda permaneciam líderes em todas as áreas, e que pensar a existência de uma potência liberal como condição para a estabilidade do sistema era, de certa forma, interessante para aquele país onde se formulava esta teoria.

7. As teses de Strange e Kindleberger inauguraram o grande debate da EPI por meio das “três ideologias em Economia Política¹⁹”: Liberalismo, Realismo e Marxismo. Essas “ideologias” têm raízes na filosofia política – como é o caso das influências de Maquiavel e Hobbes sobre a corrente realista – na economia política com Adam Smith acerca do liberalismo econômico e posteriormente se desdobra na teoria da interdependência complexa de Keohane – e da análise política, filosófica, sociológica e econômica de Karl Marx (que analisa as contradições a partir do advento do modo de produção capitalista). Enquanto Kindleberger transformou-se no denominador comum da extensa literatura sobre a necessidade e a função de “países estabilizadores” ou hegemônicos, a vertente marxista influenciou as formulações da Teoria do Imperialismo, a Teoria da Dependência e a Teoria Desenvolvimentista.

8. Dentre as teorias derivadas da “ideologia” marxista, duas nos interessam aqui de maneira especial: a Teoria do Moderno Sistema Mundo, de Immanuel Wallerstein e a Teoria dos Ciclos Hegemônicos, de Giovanni Arrighi. Não iremos fazer uma apresentação minuciosa das obras em que os respectivos autores apresentam as suas teses, mas como representantes do neomarxismo, ambos partiram de uma análise histórica, para provar que: i) no caso de Wallerstein, o sistema mundial estaria

¹⁸ Esta perspectiva é depois apropriada por Robert Gilpin, que também olhava para os EUA na década de 1970.

¹⁹ As “três ideologias em Economia Política” são minuciosamente discutidas por Robert Gilpin do cap. 3 de **Economia Política das Relações Internacionais** (1987).

vivendo na década de 1970 uma crise profunda e radical, a crise do Modern World Sytem, que nasceu no século XVI e deverá sobreviver, segundo o autor, até 2050 ii) de acordo com Arrighi, a partir de uma teoria sobre os ciclos de acumulação e hegemonia do desenvolvimento capitalista, diagnostica a “crise terminal” da hegemonia norte-americana, que teria começado na década de 1970. Arrighi parte a afirmação feita por Braudel de “serem as características essenciais do capitalismo histórico em sua longa duração a flexibilidade ilimitada, a sua capacidade de mudança e adaptação”.

Ambas as teses, embora bem elaboradas e pautadas em uma análise de longo prazo, permitem-nos verificar que ambos os autores não entenderam que a crise financeira dos anos 1970 deram condições aos EUA de se tornarem uma economia ainda maior por meio da “expansão e revolução financeira” que fizeram, do poder militar que concentraram e da centralidade do dólar, que permaneceu no centro da hierarquia do sistema monetário internacional, permitindo um endividamento sem precedentes. Esta “retomada da hegemonia norte americana” foi defendida por Tavares (1997), que abriu espaço para um programa de pesquisa que resultou neste programa de pesquisa. Fiori (2008, p. 17) adverte que os sinais da crise da década de 1970 que indicavam o seu declínio se transformaram no seu contrário. Neste início do século XXI, não há evidências do colapso norte-americano tampouco do fim da economia capitalista.

9. Compartilhamos da visão de Fiori (2004) apresentado por ele novamente em seu livro *O Mito do Colapso do Poder Americano* (2008) de que não há dúvida de que o sistema internacional está em transe e é bem provável que os EUA enfrentem dificuldades crescentes, nas próximas décadas, para manter o seu controle global. Mas não há evidências de que estas transformações sejam parte de uma crise terminal da hegemonia norte-americana, e menos ainda, do *Modern World System*. Tanto Wallerstein como Arrighi²⁰ não captam o movimento contínuo e contraditório das relações complementares e competitivas do *hegemon* com os demais Estados do sistema (Fiori, 2004, p. 19). A tese interessante, apresentada na obra de 2008, e que coincide com as nossas primeiras conclusões acima, é que essas teorias fazem uma leitura imediata da conjuntura internacional desde o início deste século. Elas não distinguem o tempo breve do tempo da longa duração, como fez Braudel (1996) acreditando existir uma racionalidade, um sentido, um progresso, que delimitam as características do processo histórico, quando os historiadores buscam analisar os

²⁰ Como os EUA ainda não foram suplantados por nenhum outro ciclo hegemônico, a crise terminal vivida pelos EUA na década de 1970 ainda perduraria.

homens e as sociedades no tempo. Ao analisar o desenvolvimento da economia de mercado no tempo histórico (séculos XV – XVIII) para examinar teoricamente a relação das guerras com o processo de formação e expansão dos poderes imperiais europeus, Braudel relaciona o poder político à economia (“poder político, e não o desenvolvimento endógeno das trocas, que deu origem aos mercados nacionais”), considerando que o capitalismo é, na verdade, o anti-mercado. No plano das “longas durações” históricas, onde tudo se transforma de maneira mais lenta, as derrotas norte-americanas ou a expansão chinesa não significam, necessariamente, uma crise final do poder americano. Mais uma vez, citamos Fiori (2008, p. 20): “as derrotas fazem parte de uma grande formação expansiva do sistema mundial, que começou na década de 1970 e se prolonga até hoje, associada, em grande medida, à expansão contínua e vitoriosa do próprio poder americano neste período”.

10. Para fecharmos o raciocínio, apresentamos a tese “explosão expansiva” de Fiori (2008). Desde o fim da década de 1970, está em curso uma quarta “explosão expansiva” do sistema mundial. Desta vez, o aumento da pressão competitiva dentro do sistema mundial está sendo provocando em grande medida pela estratégia expansionista imperial dos EUA, mas também pela multiplicação dos Estados soberanos do sistema e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos estados asiáticos, e da China em particular. Acrescentamos aqui o poder de outros atores não estatais, como as multinacionais. É essa pressão que remete às “crises” tão recorrentes. E é essa pressão que provoca transformações no sistema mundial que, se não são capazes de conduzir à transição de uma hegemonia, causam uma “desordem” no sistema internacional. Alguns aspectos dessa “desordem” discutidos abaixo fazem parte do exercício de leitura da conjuntura, dada a base teórica apresentada. Concentraremos-nos nos países já mencionados no item I deste trabalho, a fim de facilitar a análise.

III. A “DESORDEM” DA ORDEM INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

A ordem internacional não implica na ausência de um baixo nível de conflito no mundo, tampouco do desaparecimento de várias formas de injustiça. A “desordem” em larga escala foi uma característica central do início do século XX quando as duas Guerras mundiais acompanharam o reequilíbrio de poder entre os Estados da Europa, Oriente Médio e Ásia Pacífico e parece também ser o caso agora.

Não vemos uma crise final da hegemonia norte americana, mas uma crise estrutural ou sistêmica do sistema internacional, na qual os EUA estão sem uma

orientação estratégica clara – como se transformou a intervenção norte-americana no Iraque. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, os EUA se mostram cada vez mais divididos e impotentes frente à ameaça de grupos e redes que não obedecem a nenhuma hierarquia de poder²¹. No que se refere à economia, embora esforços venham sendo feitos pelo governo para alavancar a economia pós-crise, embora até agora com fracos resultados²², relatório da OCDE, divulgado neste mês de novembro de 2012, mostra que a economia chinesa provavelmente irá superar a da zona do euro²³. Além disso, há, de fato nos EUA, uma tendência de aumento da desigualdade da distribuição de renda, com forte concentração de ganhos no topo da distribuição, da mão de obra imigrante que exerce pressão para baixo dos salários das posições menos qualificadas e queda na taxa de poupança do setor privado (Serrano, 2008, p. 88), embora o orçamento da área militar de 2012 tenha atingido US\$ 662 bilhões.

Dentro dessa nova arquitetura de fragilizada, porém, de persistente posição de liderança americana, verificamos que a Alemanha e o Japão ainda não perderam seu lugar na hierarquia das economias nacionais, nem deixaram de ser países ricos com excelente qualidade de vida, pois perderam apenas o seu protagonismo e a sua liderança do processo de acumulação do capital, sobretudo de compararmos às suas posições nas décadas de 1960 e 1970 ou, ainda, se recuarmos aos séculos XVII, XVIII e XIX, período de rivalidades imperiais europeias, embora em processo de acumulação de capital.

É verdade que enquanto o Japão experimenta quase duas décadas de baixo crescimento da participação do PIB mundial, as nações da Europa aparecem hoje no topo da crise financeira global, na extensão da qual eles devem enfrentar constrangimentos estruturais para o seu crescimento futuro. Por conseguinte, como já mencionamos acima, os europeus e japoneses já foram substituídos e este fato não deve ser revertido no médio prazo. Neste fluxo, se o relatório do *National Intelligence Council* fez projeções que parecem se realizar com relação à força da presença da China e da Índia na economia internacional, parece não ter sido tão preciso no que se refere às suas projeções para a Europa. De acordo com o mesmo relatório, pelo tamanho do seu mercado, força de trabalho altamente qualificada, governos

²¹ Fiori (2005)

²² Como Michael Spence notou na edição Julho/Agosto de 2011 da *Foreign Affairs*, muitas companhias multinacionais americanas estão criando mais empregos fora do seu país do que dentro do país, com foco na criação de emprego nos mercados dinâmicos da Ásia com a sua força de trabalho bem educada e com bons preços.

²³ O mesmo relatório aponta ainda que a Índia irá ultrapassar o Japão nos próximos um ou dois anos e até 2030 as economias dos dois países asiáticos serão maiores do que a dos Estados Unidos, zona do euro e Japão juntos,

democráticos e estáveis, o bloco unificado de comércio – uma alargada Europa irá ser capaz de aumentar o seu peso econômico na cena internacional. A força da Europa poderia ser um modelo de governança global e regional para potências emergentes (p. 10). Mas o envelhecimento e a piora da força de trabalho na maioria dos países terá um importante impacto no continente. Mesmo se os países europeus tentarem adaptar a sua força de trabalho, reformar o seu sistema de seguridade social, educacional e tributário, e acomodar as populações crescentes de imigrantes, sobretudo muçulmanos, com freadas em seu crescimento econômico.

Estas projeções feitas em 2004 não comprovam a realidade em 2012. O processo de cortes de gastos públicos já fez muitos dos PIBs da UE declinarem e forçou muitos governos a reformar o sistema de estado do bem estar generoso que tiveram a partir da II Guerra Mundial. Além disso, diferenças significativas em níveis de nível educacional – particularmente entre os Mediterrâneos e os do Norte da Europa – colocam em risco o seu próprio futuro da competitividade econômica internacional, tendo em vista as diferenças de qualidade e em proporção de população estudante entre os Estados membros. Os efeitos do declínio do crescimento europeu também podem ser geopolíticos. A maior parte dos orçamentos de defesa europeia caiu abaixo dos 2% do PIB, limitando a capacidade da Europa para projetar o poder militar internacionalmente.

Sobre a China, o país, muitas vezes apresentado como o provável “sucessor da hegemonia norte-americana”, para além dos aspectos positivos de sua economia já mencionados, devemos lembrar que o país deverá aumentar em 150% o seu consumo energético, e a Índia em 100%, se forem mantidas suas taxas de crescimento econômico²⁴. E nenhum dos dois países tem condições reais de atender a suas necessidades internas por meio do aumento de sua produção doméstica de petróleo ou de gás. A China foi exportadora de petróleo até a década de 1990, embora em 2009 tenha se tornado o segundo maior importador de petróleo do mundo, mesmo com os impactos da crise financeira internacional. Suas importações atendem a um terço de suas necessidades internas²⁵. Esse rápido crescimento da demanda por energia fez com que a China, além de reorganizar as empresas estatais centralizando

²⁴ De acordo com o mesmo relatório do Mapa do Futuro Global “a maioria das previsões indicam que até 2020 o PIB da China irá ultrapassar os das potências econômicas do Ocidente com exceção dos EUA; o PIB da China irá ter ultrapassado ou estará ultrapassando as economias europeias” (tradução própria).

²⁵ A China é o 2º maior Mercado consumidor de petróleo atrás dos EUA e o maior consumidor mundial de energia, segundo a *International Energy Agency*.

suas operações em grandes conglomerados, também fez com que a produção offshore se abrisse a empresas estrangeiras, além de aumentar a sua exploração de gás através da produção conjunta por meio de *joint ventures*; também fez dela extremamente influente nos mercados de energia. As disputas territoriais no Mar do Oeste da China onde China e Japão estabeleceram um acordo em 2008 para desenvolver juntas os campos de Chunxiao/Shirakaba e Longjing/Asurao, voltaram a ser um foco de tensão entre os dois países.

No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior do que a da China, e nestes últimos quinze anos, passou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar o quadro das necessidades asiáticas, o Japão e a Coreia permanecem altamente dependentes de suas importações de petróleo e de gás, o que contribui ainda mais para a intensificação da competição econômica e geopolítica dentro da própria Ásia. Seguindo a mesma estratégia dos seus governos, as grandes corporações públicas ou privadas chinesas e indianas também têm realizado investidas fora de sua zona imediata de atuação tradicional, para controlar empresas estrangeiras que garantam o fornecimento futuro de petróleo para seus países. A necessidade urgente de antecipar-se e garantir o fornecimento futuro de energia é que explica a aproximação destes países asiáticos com o Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. O Oriente Médio ainda permanece a principal fonte de importações de petróleo da China, embora os países africanos, particularmente Angola, contribuam cada vez mais com as importações nos últimos anos.

O crescimento do poder dos *players* globais China, Índia, Brasil e outras potências emergentes faz crescer o número de coalizões para aumento de seu poder de barganha política (não necessariamente em grupos regionais) – como é o caso dos BRICS ou mesmo da Organização de Cooperação de Shanghai (OCS) – que muitas vezes os permitem ignorar os acordos institucionais colocados pelos EUA e UE depois de 1945 ou procurar redefini-los para de acordo com os seus interesses. Essas iniciativas, que estão de acordo com o princípio de “geometria variável” no âmbito da cooperação Sul-Sul, devem limitar os esforços de alguns países no Ocidente para ampliar ou aprofundar as regras ou instituições já existentes, transformando o Protocolo de Kioto, por exemplo em um acordo global no combate às mudanças climáticas, por exemplo, ou mesmo retomar a Rodada Doha de negociações multilaterais de comércio da OMC, quiçá, com resultado positivos na abertura de seus mercados protegidos. O outro lado da moeda é que as potências regionais em cada região (Turquia e Irã no Oriente Médio; Brasil na América do Sul; China no Sudeste da

Ásia; África do Sul na África Sub-saariana) agora concorrem de forma mais eficaz por influência relativa aos EUA parcialmente por conta do seu próprio magnetismo econômico e parcialmente porque eles têm vantagem no declínio da legitimidade e credibilidade dos líderes globais

De acordo com Niblett (2012), a atual crise econômica internacional está aprofundando o processo em curso de interdependência entre todos os Estados – emergentes e estabilizados. Esses desenvolvimentos estão de fato, interligando Ocidente e Oriente e deixando o Norte e o Sul mais próximos. Exemplo disso é que hoje, os EUA, o Japão e as maiores economias da Europa dependem de exportações para a China e outros mercados emergentes para conduzir a suas próprias taxas de crescimento.

Como resultado, estamos testemunhando um processo de aprofundamento da estrutura da ordem internacional pós-1945 sob os Estados Nação que estabeleceram regras desenhadas para evitar uma deflagração do conflito inter-estatal e capacitá-los para interagir em termos econômicos mais profundamente (a exemplo dos inúmeros acordos de comércio bilaterais que todos os dias são instituídos). Em outras palavras, os estados mais fortes do mundo continuarão a gerenciar sua interdependência através de negociações políticas internacionais mais do que através de novas formas de governança. Todo este argumento de Niblett vai ao encontro de nossa tese de que não há uma crise do sistema capitalista ocidental no momento.

Concluimos com os argumentos do mesmo autor sobre as previsões sobre a ordem internacional “desordenada”. Os reais desafios para a ordem internacional existente irão vir não das potências já estabelecidas, mas das forças globais que estão além do seu controle e também daquelas instituições e grupos que procurarão subestimar o processo de globalização que relaciona os estados e sociedades cada vez mais ligados. Afinal, há muitos atores em “explosão expansiva”. Assegurar a continuação e aprofundar a ordem internacional nas próximas décadas do século XXI irá requerer que os governos do Ocidente e das potências emergentes melhorem a sua resiliência doméstica para choques internos e externos e usem a cooperação regional como base de teste para mais altos níveis de cooperação internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arrighi, G. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Ed. Unesp. 1996.

Braudel, F. **Civilização material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo, Martins Fontes, 1996. Vol. 2 O jogo das trocas. Vol. 3 o Tempo do Mundo.

Chesnay, F. Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: Chesnay, F. (org.) **A Mundialização Financeira**. São Paulo, Xamã, 1998.

Fiori, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: Fiori, J. L. (org.) **O Poder Americano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

Fiori, J. L. Mudanças estruturais e a crise de liderança no sistema mundial. **Economia Política Internacional: análise estratégica**. Boletim CERI Unicamp, nº 7, 2005. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim7/versaointegral.pdf

National Intelligence Council. Mapping the global future. **Report of the National Intelligence Council's 2020 Project**, Based on consultations with nongovernmental experts around the world. Washington, 2004.

Niblett, R. The Economic Crisis and the Emerging Powers: Towards a New International Order? **ARI International Economy and Trade**, Real Instituto Elcano, Madrid, February, 2012.

Tavares, M. C. A Retomada da Hegemonia Americana. In: FIORI, J. L. TAVARES, M. C. **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

US Energy Information Administration. China, 4th September, 2012. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/analysisbriefs/China/china.pdf>